

Os impactos da eleição estadunidense para a governança ambiental: influências sobre o Acordo de Paris e a Amazônia brasileira

Nathalia Mamede

A formalização da saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris um dia após as eleições no país, 4 de novembro de 2020, faz parte de uma política externa negacionista contra o multilateralismo do governo Trump. Tendo solicitado a saída do acordo um ano antes, o então presidente tentou se desvencilhar das responsabilidades já reconhecidas pelas Nações Unidas no combate às mudanças do clima. Ainda, adotou políticas que contrariam a ciência do clima, como o fortalecimento do fracking e a não punição de empresas altamente poluentes (YADAV, 2020).

Os Estados Unidos, a partir de 1800 e com a chegada da Revolução Industrial, foram o principal emissor de gases de efeito estufa (GEEs), sendo consideradas apenas as emissões de CO₂ eq, até ser ultrapassado pela China, por volta da década de 90. Atualmente, os países que ocupam os seis primeiros lugares em total líquido de emissões são, em ordem decrescente, China, Estados Unidos, Índia, Rússia, Japão e Brasil (WRI, 2019). Dentre esses países, podemos igualmente ressaltar a presença de quatro das cinco nações que compõem o BRICS, que apresentaram um crescimento ao molde histórico dos países, passando também pelo aumento da indústria.

Ademais, as emissões por setor estadunidenses são similares à matriz de outros países desenvolvidos, com transporte e geração de energia como os maiores emissores (EPA, 2018), representando 15% das emissões mundiais (EPA, s.d.). Em contraste com países do Sul Global, como o Brasil, em que o setor que mais emite GEEs é o setor de uso da terra, mudança do uso da terra e silvicultura (AFOLU) (SEEG, 2020), que se relaciona diretamente com as áreas desmatadas e transformadas em prol da produção de commodities principal elemento da pauta exportadora do país.

Para a governança do clima, os Estados Unidos da América têm um peso imenso,

o que levou a uma grande comemoração da Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS, em inglês) frente à vitória de Biden (CARBON BRIEF, 2020). Ademais, por ter sido o maior emissor isolado durante quase um século e meio (CLIMATE WATCH, 2019), por ter concebido as arenas de negociações internacionais e ditado as bases do multilateralismo e das Nações Unidas, além de ser a maior potência econômica mundial com um mercado muito atuante, é impossível não atribuir responsabilidades que convêm ao país para amenizar as mudanças climáticas e em relação à governança ambiental global.

As promessas ambientais do Partido Democrata

O candidato democrata Joe Biden fez campanha maciça com relação à pauta ambiental, ponto de total divergência com o candidato à reeleição, Donald Trump. O candidato eleito, que se tornará o 43º presidente dos Estados Unidos, adotou a questão climática como um desafio urgente, especialmente o tema da transição energética.

Em sua trajetória política, Joe Biden foi responsável pela redação de uma das primeiras leis estadunidenses relativa às mudanças do clima e, quando ocupou o cargo de vice-presidente no governo Obama, liderou uma ação sobre a temática na qual promoveu a diminuição da dívida dos países tropicais a fim de aumentar o orçamento disponível para preservação ambiental de seus territórios, com a Tropical Forest Conservation Act. Além disso, aumentou a eficiência energética dos carros comercializados para a população americana (BIDEN; HARRIS, 2020).

Ainda sobre seu programa de governo, o democrata prometeu que no primeiro dia de governo faria o país retornar ao Acordo de Paris. Em um balanço das análises publicadas em grandes meios de comunicação, é provável que o candidato enfrente diversas dificuldades para aprovar a intenção de retorno ao Acordo, visto que as decisões dependem de um Senado que, atualmente, ainda pode ficar nas mãos dos republicanos.

Além da volta ao Acordo, outras propostas do presidente eleito podem sofrer entraves domésticos.

Em sua proposta de governo, Biden aborda um investimento trilionário no que intitula Clean Energy Revolution, que visa a uma economia baseada em energia limpa e com emissão de carbono zero até 2050. Outro fator relevante apresentado pela proposta é a questão dos empregos verdes, ou green jobs, área que tem sido analisada como proeminente e é uma aposta para geração de 10 milhões de empregos (BIDEN, HARRIS; 2020). Além disso, a vitória de Biden e Harris pode dar espaço para a aprovação da proposta do Green New Deal, que tem a deputada Alexandria Ocasio-Cortez como relatora.

Efeitos da eleição para as relações bilaterais - a relação entre a nova Casa Branca e o Palácio do Planalto

O silêncio do presidente Bolsonaro em relação à eleição de Joe Biden, categorizado como ensurdecido pelo jornal conservador francês *Le Figaro* (2020), ao optar por não parabenizar pelo resultado das eleições e não reconhecer oficialmente seu governo, diz muito sobre as controvérsias entre o futuro presidente estadunidense e Jair Bolsonaro, especialmente no que tange às questões de direitos humanos e meio ambiente.

As críticas que o Brasil vem recebendo de países europeus em relação à proteção ambiental, especialmente da Alemanha e da França, são atreladas ao aumento desenfreado do desmatamento e das queimadas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Espacial (INPE) sobre o ano florestal 2018-2019 (INPE, 2019). O governo Biden, ao que tudo indica, irá se alinhar com esse conjunto de países com o intuito de fortalecer essa base de pressão. O posicionamento de campanha era tornar os Estados Unidos líderes nessa concertação internacional na temática do meio ambiente, liderando pelo exemplo. Dito isso, pode-se colocar em evidência a possibilidade de uma cobrança de outros governos

em torno do objetivo comum, a conservação do meio ambiente e a tentativa de solucionar a crise do clima.

No primeiro debate da corrida eleitoral, no dia 29 de setembro, o então candidato Biden falou sobre a possibilidade de cooperação internacional com o governo brasileiro no que diz respeito à Amazônia, com o objetivo de manter a floresta em pé. A proposta foi recebida por Bolsonaro com rispidez (A PROPOSTA..., 2020). O presidente brasileiro afirmou que o país não aceita mais “subornos, criminosas demarcações ou infundadas ameaças” (CABRAL, 2020), na tentativa de relativizar ou negar o aumento da irresponsabilidade ambiental em seu governo. Bolsonaro ainda afirmou que “quando acabar a saliva, tem que ter pólvora”, em uma tentativa de ameaçar Biden e refutar suas acusações (CABRAL, 2020).

Impactos para as negociações climáticas

A volta ao Acordo de Paris permite uma retomada dos Estados Unidos em mais uma esfera do multilateralismo, a das negociações climáticas. Ator decisivo para a Conferência das Partes (COPs), os Estados Unidos perderam espaço na discussão com a chegada de Trump ao poder, que enfraqueceu os movimentos ambientalistas no país, além de flexibilizar regras que tentavam conter o avanço da crise do clima e de se retirar do próprio tratado.

Alguns analistas entendem que, com a volta do país e sob a liderança de um partido que tende a agregar essa causa às suas pautas, surja uma espécie de fôlego para resolução das controvérsias dentro do escopo da COP (BIDEN..., 2020). A necessidade de consenso acaba limitando os avanços reais dentro da negociação, como é o caso da regulamentação do mercado de carbono no mundo.

A busca por um consenso é imprescindível, visto que está dentro das regras de atuação da conferência, e que o alinhamento político e ideológico de cada governo

influencia de forma profunda as negociações. Com uma posição mais próxima dos países europeus atualmente, o governo Biden pode ser um período de solução de controvérsias e, finalmente, do estabelecimento de consensos com relação às medidas necessárias para o combate às mudanças do clima.

O que o mundo pode esperar

Os rumos da eleição dos Estados Unidos foram extremamente relevantes para questões de governança do clima, para as negociações internacionais e para o futuro da política ambiental do Brasil. É necessário ter em mente que como segundo maior emissor de carbono e maior economia do planeta, o país tem responsabilidades sobre como o mundo irá solucionar a emergência climática.

Apesar da resistência interna, é provável que o presidente consiga governar, ao menos em parte, como propôs, especialmente no que tange às energias renováveis, o que poderá favorecer o Brasil em termos de exportação de tecnologias. A volta ao Acordo de Paris, alinhada com as propostas democratas, aumenta a ambição das contribuições do país nas negociações do clima e no combate às mudanças do clima.

Por fim, o governo Biden deve se alinhar com a União Europeia e provocar uma onda de exigências que impeçam o presidente Jair Bolsonaro de governar da forma como vinha desde 2018, negando os impactos ao meio ambiente e priorizando a pauta agropecuária sem dar atenção ao Código Florestal e aos dados produzidos pelo próprio governo. Tais pressões, espera-se, farão que o Brasil tenha que aumentar suas responsabilidades e ambição a respeito da preservação ambiental.

Referências

A PROPOSTA de Biden e por que ela irritou Bolsonaro. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/09/30/a-proposta-de-biden-para-a-amazonia-e-por-que-ela-irritou-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 22 nov 2020.

BIDEN, J.; HARRIS, K. **The Biden Plan for a clean energy revolution and environmental justice**. 2020. Disponível em: <https://joebiden.com/climate-plan/#>. Acesso em: 22 nov 2020.

BIDEN eleito: o que muda, na prática, no combate às mudanças climáticas com o novo governo. **Terra**, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/biden-eleito-o-que-muda-na-pratica-no-combate-as-mudancas-climaticas-com-o-novo-governo,f419ab24130039508d33e55c77e1ef06d6aszttk.html>. Acesso em: 23 nov 2020.

CABRAL, M. Após risco de tornar o Brasil criminoso do clima, Bolsonaro acena com compromissos ambientais. **El País**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-22/apos-risco-de-tornar-o-brasil-criminoso-do-clima-bolsonaro-acena-com-compromissos-ambientais.html>. Acesso em: 23 nov 2020.

CARBON BRIEF. **US Election: Climate Experts react to Joe Biden's victory**. 2020. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/us-election-climate-experts-react-to-joe-bidens-victory>. Acesso em: 23 nov 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km²**. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294. Acesso em: 22 nov 2020.

SEEG BRASIL. **Emissões Totais**. 2020. Disponível em: http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission. Acesso em: 22 nov 2020.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). **Sources of Greenhouse Gas Emissions**. 2018. Disponível em: <https://www.epa.gov/ghgemissions/sources-greenhouse-gas-emissions>. Acesso em: 22 nov 2020.

_____. **Global Greenhouse Gas Emissions Data**. s.d. Disponível em: <https://www.epa.gov/ghgemissions/global-greenhouse-gas-emissions-data>. Acesso em: 22 nov 2020.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Os países que mais emitiram gases de efeito estufa nos últimos 165 anos**. 2019. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/04/ranking-paises-que-mais-emitem-carbono-gases-de-efeito-estufa-aquecimento-global>. Acesso em: 22 nov 2020.

YADAV, S. Trump backs fracking over science. **The Ecologist**, 2020. Disponível em: <https://theecologist.org/2020/nov/02/trump-backs-fracking-over-science>. Acesso em: 23 nov 2020.